

Docentes e investigadores da Universidade dos Açores “vivem graves problemas”, diz sindicato em ofício enviado ao Ministro do Ensino Superior

O Sindicato dos Professores dos Açores enviou ontem um ofício ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, onde foi dada nota dos “graves problemas vividos pelos docentes e investigadores da Universidade dos Açores, resultantes da actuação da Reitoria”.

Este ofício, que foi enviado com conhecimento ao Presidente do Governo Regional dos Açores, alerta para “os prejuízos causados à Instituição, uma vez que, na opinião do SPRA, sem a justa valorização dos profissionais da UAc, bem como do ensino e da investigação nela desenvolvidos, não será possível termos Ensino Superior de Qualidade nos Açores”.

A actuação do SPRA tem sido, refere, “a de tentar resolver os problemas reportados da forma mais discreta possível”.

Nesse sentido, o sindicato pediu, em Julho passado, uma reunião ao Reitor, para a qual não se mostrou disponível, tendo o SPRA entretanto reunido com o Conselho Geral da Universidade dos Açores, órgão máximo da Instituição.

Segundo o sindicato, “é hoje notório que a

dimensão da equipa Reitoral, a maior de sempre no país comparativamente com o número de alunos e de professores, é um entrave ao trabalho desenvolvido na UAc, problema agravado com a injustificada centralização das decisões na figura do Reitor”.

O resultado é que “os critérios de gestão da Universidade, que deveriam, forçosamente, ter um cariz académico, têm um carácter meramente administrativo, acabando a Reitoria – e consequentemente a própria UAc – por se tornar um entrave à investigação e ao desenvolvimento de projetos”.

Acrescenta a estrutura sindical que, “numa altura em que diminui abruptamente o número de alunos inscritos na Universidade (menos mil, relativamente à data de entrada do actual Reitor), seria de esperar que o comportamento fosse outro. Entre outros aspectos, é imperioso dar melhores condições aos estudantes, nomeadamente, procurando bolsas e apoios sociais, que permitam aos alunos fazer face às crescentes dificuldades financeiras da frequência de

um curso superior, facilitar a assinatura de projectos de investigação, que se traduzem sempre em montantes financeiros consideráveis, e trabalhar para atrair – e não para afastar – mais estudantes”.

Outro dos aspectos abordados foi “a tardia valorização remuneratória, quase um ano após essa possibilidade surgir, com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, numa fase em que a maioria das Universidades do País já havia regularizado essa situação há muito. Mas”, prossegue o sindicato, “mesmo isso surge apenas depois dos esforços do SPRA, com a particularidade de o Reitor ter tornado pública a sua intenção de não mais pagar essas valorizações, atribuindo as culpas ao MCTES, pela falta de verbas”.

No entender do SPRA, o Reitor “esconde que o problema do sub-financiamento é transversal a todas as Universidades e que a própria dimensão da Reitoria, bem como as suas decisões, resultam em gastos excessivos”.

“Seria exemplo de boa gestão aproveitar

os recursos humanos já existentes, em vez de proceder a novas contratações para exercer, injustificadamente, funções já desempenhadas por outros funcionários pertencentes aos quadros da UAc”, refere a estrutura sindical que salienta também que “seria também boa gestão recorrer aos docentes da Instituição para integrarem júris de concursos, em vez de pagar a docentes de outras Universidades para exercerem o mesmo papel”.

“Está assim demonstrada a incoerência de quem usa o argumento das despesas apenas quando lhe é útil”, sublinha.

No entender do SPRA, “a boa gestão dos recursos financeiros permitiria ainda abrir concurso para as diferentes categorias de docentes universitários. Sendo urgente a renovação do corpo docente, a abertura de lugares para as categorias de professor associado ou professor catedrático permitiria o rejuvenescimento da UAc, a valorização dos docentes e maior visibilidade do trabalho desenvolvido na Instituição”, salienta.